

Edição nº 44 – 28 de agosto a 1º de setembro

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO MISTA APROVA A TLP, NOVA TAXA DE JUROS DO BNDES

A Comissão Mista que analisa a MP nº 777/2017 aprovou na quarta-feira (23), sob a forma do PLV nº 27/2017, a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) para as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A TLP irá substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e será mais elevada, o que aumentará o custo da obtenção de empréstimos do BNDES, mas, ainda assim, permanecerá abaixo dos valores praticados no mercado. De acordo com o texto, todos os contratos firmados até 31 de dezembro de 2017 com base na TJLP continuarão em vigor até serem amortizados.

O governo, na exposição de motivos da MP, afirmou que “a prática atualmente adotada para a determinação da TJLP pelo Conselho Monetário Nacional carece de um balizamento metodológico que lhe conceda maior estabilidade e previsibilidade, mantendo em foco a perspectiva do custo dos recursos públicos de longo prazo, que a taxa deveria representar”. Por tal motivo, entende o governo que a TLP, que será baseada em parâmetros de mercado, atenderá melhor às perspectivas do país. Afinal, esse novo referencial de juros de longo prazo será aderente aos custos de oportunidade para o financiamento da dívida pública interna e influenciado pela política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil na perseguição da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional.

O governo justifica a relevância e urgência da MP no “processo de consolidação pelo qual o País passa, que busca a reversão do déficit primário de mais de 2,5% do PIB para um superávit primário suficiente para estabilizar a dívida pública”.

O texto-base do PLV nº 27/2017 já foi aprovado na Câmara e deve ser enviado ao Senado após análise de três destaques. O presidente da Casa, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), já afirmou que irá colocar a MP em pauta caso chegue no Senado com duas sessões de antecedência antes de perder a validade, o que ocorrerá no dia 7 de setembro.

COMISSÃO ESPECIAL APRESENTA MINUTA DE PEC PARA REFORMA TRIBUTÁRIA

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator na Comissão Especial para a Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, apresentou, na última quarta-feira, um texto preliminar de PEC para tratar da matéria.

De acordo com o deputado Hauly, o Brasil possui um sistema altamente complexo, composto por tributos em demasia, com concentração excessiva sobre o consumo, e que exige um alto custo administrativo, tanto por parte do contribuinte, quanto da administração tributária. Assim, a minuta apresentada busca “propor uma reforma que simplifica sobremaneira o sistema, em especial a tributação sobre o consumo e, ao mesmo tempo, garantir que todos os entes federativos preservem, nos primeiros anos após a mudança, sua arrecadação tributária, líquida de transferências, sem aumento de carga tributária”.

Entre as diversas alterações trazidas pela minuta da PEC estão: (i) a extinção dos tributos federais IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, bem como do ICMS (estadual) e ISS (municipal), e a criação de um Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS, nos moldes de um imposto sobre valor agregado) e de um Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos e serviços específicos, incluídos em categorias previstas no texto constitucional, tais como petróleo e derivados, cigarros, veículos automotores, energia elétrica e serviços de telecomunicações; (ii) ajuste nas competências tributárias; (iii) novos percentuais de partilha de recursos e de distribuição de receitas por entes federativos.

O presidente da Comissão Especial anunciou que a minuta apresentada pelo relator ficaria em consulta pública até 08 de setembro. Após esse prazo, o relator deverá propor um texto oficial da PEC da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, que poderá vir como uma Emenda Aglutinativa à PEC nº 31/2007, proposta pelo ex-deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do ICMS, dentre outras providências.

Após aprovada a PEC pela Comissão Especial, o deputado Hauly prevê que ainda serão necessários de 10 a 11 projetos para regulamentar o novo sistema tributário.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

CÂMARA APROVA PROJETO QUE FIXA LIMITES DE EMISSÃO DE POLUENTES PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS NÃO RODOVIÁRIOS

Na última quinta-feira (24), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3.108/2008, de autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que estabelece limites de emissão de poluentes por motores de máquinas móveis não rodoviárias e veículos similares. O texto aprovado pela CCJC foi o substitutivo apresentado pelo deputado Miguel Corrêa (PT-MG) e aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços (CDEICS).

Nos termos do texto aprovado, são considerados poluentes monóxidos de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio e material particulado. O texto estabelece a tolerância de poluição de acordo com a potência da máquina, definindo limites para cada faixa de motor, sendo que produtores e importadores terão prazo de três anos para se adaptar à norma. O texto foi aprovado com uma emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS),

que deixou de fora do controle de poluentes os veículos não rodoviários das Forças Armadas, bem como os destinados a engenharia pesada e a mineração.

Como o projeto tramita em caráter conclusivo, o texto seguirá ao Senado Federal caso não haja recurso por, no mínimo, 1/10 dos membros da Câmara dos Deputados (51 deputados), para que a matéria seja levada ao Plenário da Casa. No Senado Federal, o texto poderá seguir trâmite similar ao adotado pela Câmara, sem a necessidade de deliberação pelo Plenário.

GOVERNO EXTINGUE RENCA

Na última quarta-feira o governo federal editou o Decreto nº 9.142/2017, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), localizada nos estados do Pará e do Amapá, criada em 1984, também via decreto, em área geologicamente rica em cobre, ouro e outros minérios. A extinção da Renca permitirá a atividade de mineração por particulares no local e não afasta medidas de proteção ambiental.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 780/2017
29/08/2017, às 14H30

MP nº 780/2017, que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal.
Relator: sen. Wilder Moraes (PP-GO)
Relatório: não disponibilizado.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 785/2017
30/08/2017, às 14H30

MP nº 785/2017, que trata da reforma do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
Relator: dep. Alex Canziani (PTB-PR)
Relatório: não disponibilizado.

FIQUE DE OLHO
COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 784/2017
29/08/2017, às 14H30

MP nº 784/2017, que dispõe sobre o Processo Administrativo Sancionador (PAS) nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Relatora: sen. Lídice da Mata (PSB-BA)
Relatório: não disponibilizado.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

29/08/2017, às 9H

FIQUE DE OLHO

PLS nº 11/2013, que determina a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

30/08/2017, às 10H

PLS nº 569/2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer como infração administrativa o transporte remunerado não licenciado de pessoas ou bens.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 86/2017, que altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

29/08/2017, às 13H

PEC nº 77/2003, que trata da Reforma Política.

Relator: dep. Vicente Cândido (PT-SP)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

30/08/2017, às 16H

PLV nº 23/2017, originário da MP nº 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Relator: dep. Newton Cardoso (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de lobby.

Relator: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

29/08/2017, às 14H30

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 5.511/2016, que altera o Estatuto da OAB para tornar obrigatória a participação de advogado na solução consensual de conflitos, tais como a conciliação e a mediação.

Relator: dep. Wadih Damous (PT-RJ)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

30/08/2017, às 9H30

PL nº 6.484/2013, que regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.

Relator: dep. Júlio Delgado (PSB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.999/2015, que veda o oferecimento, nos sítios oficiais das companhias aéreas na internet, de produtos e serviços não relacionados à aquisição de passagens aéreas e a comercialização de "assentos conforto" nas aeronaves.

Relator: dep. Aureo (SD-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.987/2016, que dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica por concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica caso seja necessária extensão de rede.

Relator: dep. Celso Russomanno (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

31/08/2017, às 9H

Audiência Pública para que entidades, acadêmicos e o governo discutam a proposta de um novo modelo para o setor energético do país.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

30/08/2017, às 10H

PL nº 57/2011, que proíbe a realização de apostas de qualquer natureza, inclusive pela internet.

Relator: dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.707/2012, que regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos.
Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

FIQUE DE OLHO

PL nº 8.325/2014, do Senado Federal, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Minerais de Elementos Terras-Raras e à Criação de Cadeia Produtiva (PADETR).
Relator: dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
30/08/2017, às 9H

Audiência Pública, para discutir a situação atual de exploração e exportação do nióbio no Brasil.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
30/08/2017, às 15H

PDC nº 298/2015, que aprova o texto do Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.
Relator: dep. Lincoln Portela (PRB-MG)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
31/08/2017, às 9H

Audiência Pública, para debater o PL nº 2.868/2001, que dispõe sobre o regime e trabalho nos portos organizados, para estender aos trabalhadores avulsos e empregados o adicional de risco portuário.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
30/08/2017, às 15H

PL nº 7.796/2014, que limita o valor da tarifa básica de pedágio cobrada pela utilização de infraestrutura rodoviária federal concedida.
Relator: dep. Lincoln Portela (PRB-MG)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DE REGULAÇÃO DE MOEDAS VIRTUAIS PELO BANCO CENTRAL
30/08/2017, às 14H30

Audiência Pública para deliberar sobre o PL nº 2.303/2015, que dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagens aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA
29/08/2017, às 14H

Reunião para continuação da votação do Relatório Parcial nº 03/2017 do relator dep. Vicente Cândido (PT-SP), apresentado em 22 de agosto, que versa sobre as regras eleitorais, sistema eleitoral e modelo de financiamento de campanhas, com Complementação de Voto apresentada em 23 de agosto.

